

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/CED  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MARLUCE RAMOS MATAURO SCHVARTZ

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO**

Florianópolis (SC)

2021

MARLUCE RAMOS MATAURO SCHVARTZ

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Ciências da Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Patrícia Guerrero

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra

A ficha de identificação é elaborada pelo próprio autor.

Orientações em:

<http://portalbu.ufsc.br/ficha>

MARLUCE RAMOS MATAURO SCHVARTZ

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática e aprovado em sua forma final pelo Curso Licenciatura em Educação do Campo

Florianópolis, 05 de agosto de 2021

---

Profa. Dra. Carolina Orquiza Cherfem  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.(a) Dr.(a) Patricia Guerrero  
Orientador(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.(a) Dr.(a) Carolina Orquiza Cherfem  
Avaliador(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.(a) Dr.(a) Sílvio Domingos Mendes da Silva  
Avaliador(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.(a) Dr.(a) Adriana Angelita da Conceição  
Avaliador(a) Suplente  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado para o meu Deus e a minha família.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças para chegar até aqui, e por estar aqui.

Agradeço aos meus pais, por me ensinarem a amar a vida, a prosseguir me encorajando a nunca desistir.

Agradeço a minha mãe Marta Lucia Ramos Matauro, minha heroína que me deu apoio nas horas difíceis de desânimo, que me ajudou muito suprindo minhas ausências junto aos meus filhos e permitindo que eu me dedicasse para finalização de meu trabalho.

Ao meu pai Valdir Matauro que sempre me apoiou e me fortaleceu em todos os momentos.

Ao meu marido Rafael Schmitz, meu eterno agradecimento por acumular muitas de minhas responsabilidades nestes últimos anos, por compreender o meu estresse e as minhas dificuldades diárias. Seu valioso e incansável amor, apoio e paciência foram essenciais para a realização desse trabalho.

Ao meu filho Lorenzo, agradeço as demonstrações de afeto ao requisitar minha presença. Ao meu filho Benício, que ainda não tem idade para entender o que é um Trabalho de Conclusão de Curso, agradeço pelo amor e carinho que sempre me estimularam nos momentos difíceis.

Agradeço minha irmã Frantiesca Ramos Matauro de Souza, pelo amor, incentivo, ajuda, sempre estando comigo nos momentos mais difíceis de desânimo e cansaço, meu eterno agradecimento.

A minha orientadora Patrícia Guerrero, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, em tempo de pandemia, pelas suas correções e incentivos, obrigada por todos os ensinamentos.

Aos meus professores por me proporcionarem o conhecimento, por se dedicarem a mim, por terem me feito aprender, minha eterna gratidão, “A palavra ensina, mas o exemplo arrasta”.

“A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades”

(FREIRE,1996).

## RESUMO

A Educação é um direito que foi garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ela é um direito fundamental e o Estado tem o dever de educar a todos e todas. Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa foi analisar os desafios da educação especial vivenciados por professores/as de escolas públicas de ensino regular do município de Alfredo Wagner/SC, considerando a estrutura da escola, a formação inicial e continuada dos/as professores/as, a metodologia voltada para uma educação que contribua para o aprendizado do/a estudante com necessidade educacional especial. A pesquisa foi realizada em 2 (duas) escolas públicas da cidade de Alfredo Wagner, sendo 1(uma) municipal e a outra Estadual. A pesquisa contou com 11 professores das áreas de ciências da natureza e matemática, 2(duas) professoras do Atendimento Educacional Especializado e 10 estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Santa Catarina. A metodologia usada na pesquisa foi de abordagem qualitativa, de caráter descritivo, com aplicação de questionário aos/as professores/as das escolas e aos/as estudantes do Curso de Educação do Campo. Os resultados mostraram que os maiores desafios da Educação Especial nas Escolas públicas de Alfredo Wagner/SC, são a falta de formação inicial e continuada dos/as professores/as, falta de incentivo para qualificação do trabalho, além da falta de estrutura nas escolas que não são apropriadas para receber estudantes com deficiência. Sendo assim, faltam políticas públicas para a educação especial nas escolas do campo. Para os estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo existe uma insegurança em trabalhar com estudantes com necessidades educacionais especiais, mesmo com as disciplinas do curso que são voltadas para essa formação. De uma forma geral, consideramos essencial investir em recursos para que a educação especial deixe de ser apenas um protocolo obrigatório na legislação e passe a ser uma realidade para o/a estudante com deficiência, para as escolas públicas e universidades.

**Palavras-chave:** *Educação Especial. Escolas públicas. Educação do Campo.*

## ABSTRACT

Education is a right guaranteed in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 as a fundamental right, being mandatory to educate for all. In this sense, the objective of this research was to analyze the challenges of special education experienced by teachers in public schools of regular education in the municipality of Alfredo Wagner, SC, considering the structure of the school, the initial and continuing education of teachers, the methodology aimed at an education that facilitates the learning of the special student. The research was carried out in 2 (two) public schools in the city of Alfredo Wagner, 1 (one) municipal, and the other state. The survey included 11 teachers from the fields of natural sciences and mathematics, 2 (two) teachers from AEE, and 10 students from the Rural Education course. The methodology used in the research was a qualitative field with a descriptive character, with a questionnaire applied to teachers and students of the Rural Education Course. The results showed that the greatest challenges of Special Education in Alfredo Wagner's Public Schools are the unpreparedness of the teachers, the lack of incentive training, the structures of inappropriate schools, among other challenges; and for the students of the Course in Education in the Country there is an insecurity in working with students with special needs, but nothing that a continuing education does not solve. In general, we consider it essential, to believe, to invest in resources so that special education is no longer just a mandatory protocol in the legislation and becomes a reality for special students, for public schools and universities.

**Keywords:** *Special education. Public schools. Countryside Education.*

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1.0 - Cidade de Alfredo Wagner.....	27
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Profissionais responsáveis pelo AEE.....	30
Quadro 2- Profissionais Ciências da Natureza e Matemática.....	34

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>20</b>
2.1 Educação Inclusiva e Educação Especial.....	20
2.2 Educação Especial e Educação Do Campo.....	22
<b>3. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO DE ALFREDO WAGNER/SC.....</b>	<b>25</b>
3.1- O município de Alfredo Wagner/SC: contextualização histórica e social.....	25
3.2- As Escolas do Campo de Alfredo Wagner.....	27
3.3- Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	29
<b>4. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA E DE ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.....</b>	<b>34</b>
4.1- Educação Especial na formação de educadores/as: relato de experiências dos/as estudantes da Turma Resistência.....	40
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO I.....</b>	<b>48</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO III.....</b>	<b>50</b>

## MEMORIAL

Sou Marluce Ramos Matauro Schwartz, nascida na cidade de Campo Belo do Sul-SC, tenho 37 anos de idade, sou viúva, mas atualmente casada (morando junto). Moro na cidade de Alfredo Wagner-SC há 36 anos, município com aproximadamente 10.000 habitantes, localizado na região da Grande Florianópolis, a 100 km da Capital e 100 km da Serra Catarinense.

Atualmente, moro na localidade de Rio Adaga, que fica há 2 km do centro da cidade de Alfredo Wagner, uma área que já é considerada como sendo rural. Moro com meus dois filhos e com meu companheiro. Eu e meus familiares nunca fomos da agricultura, meu pai é funcionário público, operador de máquinas - o motivo de virmos para a cidade de Alfredo Wagner foi por ele por ter passado em um concurso do município -, e minha mãe técnica de enfermagem.

Meu pai nunca incentivou os filhos a estudarem, tenho mais dois irmãos. Minha mãe já sonhava com um filho formado, mas a situação não ajudava. Universidades na época era longe. Mesmo estudando para passar em uma faculdade federal ou estadual, ainda existiam os gastos de moradia e sustento, o que tornava impossível sair de casa para estudar. Meu sonho era cursar a faculdade de farmácia, tentei por 2 anos na Universidade Federal de Santa Catarina, não consegui e acabei desistindo.

No ano de 2001, terminei o ensino médio. Minha mãe preocupada com o que os filhos fariam em uma cidade pequena, sem ter emprego, saiu do hospital de onde trabalhava para receber a rescisão e comprar um pequeno restaurante na entrada da cidade para trabalharmos juntos. Com o tempo, meus irmãos casaram, meus pais se separaram e eu continuei “tocando” o restaurante. No ano de 2007, casei. No mesmo ano meu marido descobre um tumor cerebral, lutamos durante 6 anos contra o câncer e em 2013 veio a falecer, deixando eu e um filho com 1 ano de idade.

Precisei, apesar de tudo, dar um sentido para a minha vida, pois tinha um filho para sustentar que dependia somente de mim, restaurante já não tinha mais, vendemos tudo para tentar salvar, pagar cirurgias e tratamentos. Como a cidade é pequena e difícil de emprego, comecei a trabalhar na prefeitura sempre em cargos comissionados, “política”. O problema era que a cada 4 anos muda prefeito, perde a política e aí, desempregada novamente.

No ano de 2017, minha mãe escuta no rádio que teria curso da UFSC na cidade de Alfredo Wagner, me liga na hora e diz: “Vai se informar e vai fazer, conhecimento ninguém nos tira”.

Vou até a Secretaria da Educação onde estava sendo realizado o curso, pois já havia começado, e encontro o professor Silvio ministrando aula. O Professor explica que era uma licenciatura em Educação do Campo, ai já desanimo, pensei: “não entendo nada do campo, o que vou fazer?!”. Depois, ele completa dizendo que era para ser professor nas áreas de ciências da natureza e matemática, ai sim que desanimei de vez, ser professora era umas das últimas opções para mim, pois sempre fui muito tímida, vergonha até de conversar com as pessoas, imagina dando aula. Mas não podia decepcionar a minha mãe, falei que ia começar para ver como era.

Alguns motivos pelo qual entrei na Educação do Campo, o estudo era gratuito, por ser um curso da Universidade Federal de Santa Catarina, ter um ensino superior, estar praticamente ao lado de casa e deixar minha mãe feliz.

Com o passar dos meses, eu via que o curso não era o que eu queria, toda semana se iniciava e a vontade era a mesma de desistir, até que iniciou a bolsa do Pibid para os alunos e recebia o valor de R\$ 400,00. Eu estava desempregada, pensei: “vou estar estudando em uma Universidade conceituada e recebendo R\$ 400,00 ainda, vou é continuar”. A bolsa veio como uma ajuda, um ânimo a mais para conhecer um pouco mais o curso e me ajudar na situação financeira.

No ano de 2018, surge uma vaga para professora de Ensino Religioso na Escola de Educação Básica Silva Jardim, participei da chamada pública e consegui a vaga. Um desafio enorme, para quem um ano atrás nem pensava em ser professora começar a lecionar, o frio na barriga e as noites em claro eram diários. Comecei a me apaixonar pelo o que eu estava fazendo, não sabia nada sobre ensino religioso, as religiões do mundo, toda aula era um estudo de conhecimento sobre o conteúdo para depois conseguir passar com clareza aos alunos, trabalhei até o final do ano, pois entrei em licença maternidade e tive meu segundo filho.

No ano de 2020, trabalhei na Escola Valmir Omarques Nunes, na cidade de Bom Retiro, como professora de matemática para o Novo Ensino Médio. Atualmente, estou na Escola Básica Passo da Limeira como professora do Ensino Remoto nas disciplinas de Ciências e Matemática, para o Ensino Fundamental II, com aproximadamente 110 alunos em cada disciplina. Trabalho junto com as professoras regentes de sala, que são também minhas colegas de curso, Camila e Valquíria. Planejamos tudo juntas, tanto as atividades como os conteúdos a serem aplicados no ensino remoto e presencial.

Nesses quatro anos e meio de formação acadêmica, o curso contribuiu de forma surpreendente tanto para minha formação acadêmica quanto para minha formação humana. O

curso de Licenciatura em Educação do Campo me fez ver o campo, o lugar de qual sou mas que nunca me considerava como sendo do campo, a valorizar a todos em todos os contextos, raça, cor, gênero, de diferentes lugares, praça, campo, a ser uma pessoa que ama a vida, o campo e que sempre lutará por direito de igualdade a todos.

Enfim, não me vejo em outra profissão, sei que é um desafio grande, pois sou uma educadora em construção atualmente, tenho muito a aprender, muito a estudar, muito a estar me adaptando a todas as situações encontradas no nosso cotidiano, mas quando se faz o que gosta toda dificuldade, todo desafio encontrado é superado.

## 1.INTRODUÇÃO

A Educação é um direito garantido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Por sua vez, a Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional, na qual consta que a educação abrange todos os processos formativos desenvolvidos na vida familiar, no convívio da sociedade, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996). Tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a LBD 9.394/96 garantem a todos e todas o direito à Educação e isto inclui as pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais.

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Nos próximos anos, a deficiência será uma preocupação ainda maior porque sua incidência tem aumentado. Na cidade de Alfredo Wagner/SC, especificamente nas duas escolas públicas onde a pesquisa foi realizada, já são 31 casos de pessoas com algum tipo de deficiência, desses 31 casos, 1 aluno com autismo, 1 aluna com deficiência auditiva e 29 alunos com deficiência intelectual.

Todo ser humano tem direito de aprender conforme estabelecido nas legislações. Cada vez mais tem sido reiterada a importância da formação de profissionais e educadores/as, em especial do/a professor/a de classe comum, para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Muitos/as professores/as recém-formados/as sentem-se despreparados/as para desenvolver trabalhos que atendam à essas necessidades e que promovam a inclusão e a aprendizagem dos/as estudantes.

Por isso, é de extrema importância levantar, também, discussões sobre o processo de formação de educadores/as, tanto em cursos de graduação quanto de pós-graduação, bem como nas políticas de formação continuada, para que os/as educadores/as tenham uma formação mais qualificada para trabalhar com educação especial.

Dessa forma, esse trabalho tem por objetivo analisar como ocorre o processo de inclusão de educandos/as com deficiência e com necessidades educacionais especiais, em escolas do município de Alfredo Wagner/SC. As razões da escolha do tema se pautaram, primeiramente, na experiência vivenciada no primeiro estágio do curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFSC, onde fazíamos somente a observação dentro de sala de aula e,

depois, com minha atuação como professora de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental II, na Escola de Educação Básica Silva Jardim, no ano de 2019.

Ao observar os/as educandos/as e educadores/as, várias questões norteadoras surgiram: As escolas do município estão preparadas estruturalmente para a inclusão de estudantes com deficiência? Como os/as professores/as têm se preparado para saber trabalhar com os/as estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais? Quais metodologias no sentido de adaptação de conteúdos são mais utilizadas pelos/as professores/as em sala de aula com esses/as estudantes?

Com base nestes questionamentos, este trabalho priorizou um estudo que procurasse analisar os desafios da educação especial na perspectiva da educação inclusiva em Escolas Públicas no município de Alfredo Wagner/SC, considerando a estrutura das escolas, a formação inicial e continuada de professores/as, a visão das práticas pedagógicas dos/as educadores/as e as metodologias utilizadas na adaptação dos conteúdos e especificidades do ensino de ciências da natureza e matemática, além de considerar o trabalho desenvolvido por professores/as com educandos/as com necessidades educacionais especiais.

Buscou, também, observar a estrutura física das escolas de ensino regular do município com o intuito de verificar se existe acessibilidade para educandos/as com deficiência; conhecer a formação e preparo dos/as professores/as das escolas de ensino regular do município de Alfredo Wagner sobre a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, além de considerar a presença ou ausência de formação continuada; fazer um levantamento do quantitativo de estudantes com necessidades especiais nas escolas de Alfredo Wagner; analisar como determinadas práticas influenciam positivamente ou negativamente para a aprendizagem do/a estudante, principalmente nas disciplinas de ciências da natureza e matemática.

No que se refere à formação de educadores/as, procurou analisar e apontar a necessidade de disciplinas básicas de Educação Especial nos cursos de Licenciatura, visando preparar melhor não só o/a futuro/a professor/a, mas os/as profissionais envolvidos/as em educação.

A metodologia que orientou a pesquisa foi qualitativa, de caráter descritivo, envolvendo aplicação de um questionário aos/às professores/as de duas escolas do município - Escola de Educação Básica Silva Jardim (Estadual) e Escola de Educação Básica Passo da Limeira (Municipal) -, e aplicação de um questionário aos/às estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFSC, da Turma Resistência (2017-2021), além de

pesquisa bibliográfica sobre os temas da educação especial, educação inclusiva, formação de professores/as e a relação entre educação inclusiva e educação do campo.

Para Lakatos e Marconi (2003), o questionário é um “instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (p.200). As questões abertas levam o informante a responder livremente.

Esta pesquisa envolveu a participação de 11 (onze) professores/as que ministram as disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática nas Escolas Públicas do município; 2 (duas) professoras responsáveis pelo Atendimento Especializado em Educação (AEE); e 6 (seis) segundas professoras, 10(dez) estudantes em formação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, totalizando 19 professores/as. Desse total, 11 (onze) eram da Escola de Educação Básica Silva Jardim e 8 (oito) da Escola de Educação Básica Passo da Limeira. Por motivo da quarentena, em virtude da pandemia do Covid-19, os questionários foram respondidos via whatsapp. Somente com as professoras responsáveis pelo AEE foram realizadas entrevistas na escola, com aplicação de um questionário aberto.

Nesse sentido, a metodologia utilizada nesta pesquisa também teve por finalidade analisar as experiências da prática dos/as professores/as de Matemática, Biologia, Química e Física das Escolas Públicas do município de Alfredo Wagner/SC em relação aos/às estudantes com deficiência física e com necessidades educacionais especiais.

Como já relatado acima, a coleta de dados foi realizada com 11(onze) professores/as, sendo 4(quatro) de matemática, 3(três) de biologia, 2(dois) de química e 2(dois) de física. Vale ressaltar que mais professores/as foram convidados/as a participar da pesquisa, entretanto, não deram retorno. Desta forma, os dados foram coletados por meio de questionário, formado por 10(dez) questões abertas, com o intuito de analisar o perfil dos/as professores/as, ter conhecimento da sua formação e da prática pedagógica realizada em suas aulas.

Os dados dos/as entrevistados/as foram organizados em uma tabela. Para análise dos resultados da pesquisa, priorizei a interpretação das respostas com base nas observações e sistematizações realizadas nas escolas no Tempo Comunidade do curso (nas disciplinas de Vivências Compartilhadas e nos Estágios) e nas leituras e discussões realizadas ao longo do curso. Ressalto que os/as entrevistados/as foram chamados por siglas para preservar o anonimato.

Os dados referentes aos/às estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, da Turma Resistência - da qual faço parte - foram coletados, também, por meio de um questionário com 3 perguntas abertas, com o objetivo de compreender como o curso contribuiu para uma formação inclusiva, principalmente no que diz respeito à Educação Especial. Vale ressaltar que na Turma Resistência existem dois estudantes com deficiência, uma estudante cadeirante e um estudante com deficiência visual. Algumas perguntas foram feitas, especificamente, para eles. No total, participaram 10 (dez) estudantes, dos/as 20 (vinte) que completam a turma.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, *Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva na Educação do Campo*, serão discutidos os conceitos de cada um desses termos e a relação entre eles. No segundo capítulo, será apresentado o contexto da pesquisa e serão analisados os dados levantados pelos questionários, procurando relacioná-los à formação de professores/as, às escolas do campo e à interface educação do campo e educação especial. E o terceiro capítulo trata da Educação Especial na percepção de professores/as das áreas de ciências da natureza e matemática e também dos estudantes/as do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

## **2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **2.1 Educação Inclusiva e Educação Especial**

A educação inclusiva surgiu a partir de movimentos internacionais e começou a se concretizar em diversos locais do mundo, a princípio nos Estados Unidos, Europa e Canadá no ano de 1975. No início, a educação inclusiva não teve muito espaço, mas aos poucos foi sendo bem aceita pela sociedade. A história da educação inclusiva no Brasil começa na década de 70, quando algumas escolas passam a aceitar estudantes especiais, desde que os mesmos conseguissem se adequar ao plano de ensino da instituição.

A educação inclusiva se apoia na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que, segundo Lacerda (2006, p. 167), “defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os estudantes deverão estar dentro da escola regular, independente de sua origem social, étnica ou linguística”.

Segundo a Declaração de Salamanca, a escola inclusiva deve se adequar às necessidades de cada criança, seja ela de aprendizagem ou de alguma outra necessidade. Sendo assim, deve oferecer oportunidades de aprendizagem e de inclusão através do ensino.

Todas as crianças são especiais e tem suas diferenças, com esse pensamento estaríamos ao passo de concretização de uma educação inclusiva. Ainda segundo Carvalho (2007), “a escola para todos, a escola inclusiva, tem como princípio fundamental que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças” (p.62).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), no Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência começou na época do Império. Nesse período, duas instituições foram criadas: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o

primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Ministério da Educação, 2007)

Atualmente, existem normas estabelecidas que visam à acessibilidade dentro das escolas como a construção de rampas, de elevadores, corrimãos e outros elementos facilitadores da vida dos deficientes físicos. A lei de diretrizes e bases também colocam o ensino de libras nos currículos dos cursos superiores, entre outras ações que visam impulsionar a inclusão escolar. A inserção da Língua Brasileira de Sinais, como disciplina nos cursos de formação de professores, de acordo com o Decreto Federal 5.626/05 foi uma conquista para a comunidade surda.

Segundo a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é direito do portador de deficiências a inclusão do mesmo nas escolas. A Lei diz que as instituições de ensino devem assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, sem exceções.

Vale ressaltar que o Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, artigo 3º, parágrafo I, deixa claro que “[...] Deficiência é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

De acordo com a discussão realizada até o momento, a Educação Inclusiva tem como princípios uma educação pela não discriminação, pela aceitação das pessoas diferentes, com capacidades, com jeitos, condições e outras diferenças. É um processo que objetiva a inclusão no sentido amplo. Já a Educação Especial é uma das modalidades que compõe a educação inclusiva e promove o desenvolvimento das potencialidades, também tendo como objetivo a inclusão, aceitação, a qualidade do ensino para pessoas com dificuldades de aprendizagem, deficiências físicas ou cognitivas, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades, abrangendo diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Para ambas, o ensino deve ser igual para todos, iguais de condições de aprender.

Portanto, a Educação Especial e a Educação Inclusiva apresentam propostas semelhantes, sendo a sua prioridade a escolarização de estudantes com deficiência, priorizando o bem-estar dos/as educandos/as e o mais importante promovendo a equidade.

## 2.2 Educação Especial e Educação do Campo

A inclusão de estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais não costuma ser uma realidade favorável nas escolas do campo, pois as dificuldades encontradas são inúmeras. As escolas ainda não se adequaram fisicamente para receber esses/as estudantes, ainda existem muitos desafios que precisam ser vencidos e para isso precisam da participação dos órgãos públicos, da comunidade escolar, de novos currículos que enfatizem essas questões.

A Educação Especial é um direito garantido por lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 1996, em seu artigo 58º e nos incisos 1º, 2º, 3º, nos diz que:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos estudantes, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

Conhecendo essa lei, podemos entender melhor o processo de educação inclusiva para estudantes com deficiência. Assim como a Educação do Campo, a Educação Especial também é considerada um direito social, sendo duas áreas negligenciadas pelo cenário brasileiro de políticas públicas, duas bandeiras de lutas e demandas sociais por direito.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino, oferecida pelas escolas de ensino regular para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 1996, 2008), assim, estão envolvidos:

- Estudantes com deficiência que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- Estudantes com transtornos globais de desenvolvimento que têm síndromes do espectro do autismo e psicose infantil;
- Estudantes com altas habilidades que apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008).

A educação do campo se refere à população que vive na área rural como: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Ela tem sua gênese nas lutas de movimentos sociais. E seu principal objetivo é que todos tenham acesso à terra e à educação escolar de qualidade, em diálogo com a sua realidade e integrada à vida comunitária e aos seus saberes. Embora ela já exista há mais de duas décadas, as escolas públicas do campo estão organizadas pelo método de uma educação rural em termos de materiais didáticos, formação de professores, práticas pedagógicas (BRASIL, 2010).

A Educação do Campo nasce através das lutas sociais, da luta pelo direito social à escolarização dos povos do campo, busca o reconhecimento do campo para o campo. Em especial destaca-se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na constituição desta proposta política e pedagógica.

As pesquisadoras Caiado e Meletti (2011, p.95), realizaram um estudo sobre como a interface Educação do Campo e Educação Especial se apresenta na legislação atual e, ao mesmo tempo, levantam questionamentos quanto à efetivação dessas leis nos estados, municípios e no chão da escola. Elas destacam alguns documentos como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo (BRASIL, 2002), a Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), como é possível ver a seguir.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), estabelecem que:

Art.2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Já a Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008b) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, reafirma:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a), por sua vez, fala que:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17)

Tanto a Educação Especial quanto a Educação do Campo são direitos conquistados pela luta de muitos sujeitos. Os documentos citados acima reafirmam esses direitos e o dever do Estado de cumpri-los. Além disso, demonstram o quanto as demandas da Educação do Campo e da Educação Especial são próximas e podem contribuir com a inclusão de muitas crianças, jovens e adultos, do campo e da cidade, no ambiente escolar, qualificando o ensino e as relações humanas, possibilitando o acesso e permanência de todos e todas estudantes. E, como diz o texto, assegurando “que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17)”.

Assim como o povo do campo é “esquecido”, em termos de políticas públicas, a educação especial para os/as estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais, que vivem no campo, acaba sendo bem mais difícil, mesmo a legislação garantindo que:

Enquanto modalidade de ensino, o atendimento educacional especializado deve estar presente em todas as etapas da educação básica, ensino superior e demais modalidades da educação, seja em escolas urbanas ou rurais; Sendo um dos objetivos da educação do campo a universalização do direito à escola, as crianças, jovens e adultos que vivem no campo e têm alguma necessidade educacional especial por deficiência têm direito ao atendimento educacional especializado. (Brasil, 2011)

Assim como os sujeitos do campo, as pessoas com deficiência que vivem no campo, vivem ainda uma extrema batalha para ter acesso à escolaridade e à uma inclusão social digna. É frequente a busca por recursos, para aumentar as verbas em função das necessidades do atendimento a essas pessoas, bem como exigir do Estado a qualidade dos serviços públicos.

Nas escolas onde ocorreu a pesquisa, as dificuldades encontradas são as mesmas, tanto na Escola do Passo da Limeira quanto na Escola Básica Silva Jardim, o acesso às estradas rurais encontra-se em situação precária, dificultando ainda mais o acesso dos transportes escolares, transportes esses que não são adaptados. Nos dias de chuvas intensas, os/as estudantes são incapazes de ir à escola, pois o transporte não consegue seguir nas estradas.

Sem falar que também é muito importante o cuidado dos motoristas com os/as estudantes especiais.<sup>1</sup>

Dessa forma, a escola pública no/do campo e a comunidade escolar passam por desafios e dificuldades no seu dia-a-dia: estradas precárias de difícil acesso, transporte escolar sem adaptação, professores/as sem formação, falta de material adaptado, Escolas sem acesso a internet nas salas de aula, falta de recurso. Alfredo Wagner é considerada uma cidade rural, e por que é tão precário o acesso às estradas para os/as agricultores/as, esses/as trabalhadores/as do campo? O município depende da agricultura para a sua economia, e por que não valorizar os sujeitos do campo? Por que deixarem esse povo “esquecido”?

### **3. EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS DO CAMPO DE ALFREDO WAGNER/SC**

#### **3.1 O município de Alfredo Wagner/SC: breve contextualização histórica e social**

O breve histórico do Município Alfredo Wagner foi elaborado com base, principalmente, em duas referências: Wagner (2002), Luz & Carrero (1980).

Até a primeira metade do século XVIII, com mata nativa abundante, a região onde existe Alfredo Wagner era habitada por povos indígenas. Já na segunda metade do século XVIII, tendo a necessidade de um acesso mais fácil e curto entre o litoral e a serra, foi construído o Caminho das Tropas. Por volta de 1985, foi inaugurada a BR 282 que, com uma posição estratégica, tem impulsionado o desenvolvimento de Santa Catarina.

A cidade de Alfredo Wagner não teve sempre esse nome, antes era conhecida como Barracão, nome dado à localidade pelos tropeiros pois era passagem e local de parada no Caminho das Tropas.

A madeira extraída nas localidades vizinhas (Bom Retiro e Urubici), passava por Barracão. Isto contribuiu para construção de estabelecimentos comerciais, dormitórios, abrigos para os viajantes e oficinas construindo, assim, a Vila. Em 1957, ocorreu uma mobilização por parte dos 49 moradores que reivindicavam pela emancipação do distrito. Já

---

<sup>1</sup> No início do mês de julho/21, o motorista do transporte da APAE esqueceu uma aluna dentro do ônibus, fechou o ônibus e foi para casa. Após 2:30h, viram a menina lá dentro e acionaram a polícia militar do município que foi atrás do motorista para abrir o ônibus. Como o motorista oficial tinha faltado, arrumaram um “quebra galho” no lugar. Um descaso total, falta de respeito, de profissionalismo, de formação. Se tratando de educação, todos nesse meio devem ter o mínimo de formação.

no ano de 1961, Barracão foi emancipado. Uma semana após a sua emancipação, a localidade Barracão passou a se chamar Alfredo Wagner.

Este nome foi em homenagem a Alfredo Henrique Wagner, nascido em São José/SC, no ano de 1871. Alfredo ficou órfão aos cinco anos de idade, indo morar com os seus tios em Garopaba/SC. Mais tarde, porém ainda jovem, foi para São Pedro de Alcântara/SC, onde se tornou sapateiro. No ano de 1892, foi morar na antiga colônia de Santa Tereza. Lá trabalhou como sapateiro e como escrivão do Posto Fiscal. Três anos depois, com uma situação financeira mais estável, Alfredo casou-se com Julia Freiberg, natural de São Pedro de Alcântara. Morou quase vinte anos na Vila de Catuíra.

Em 1909, Alfredo começou a transportar mercadorias entre o litoral e a serra. Ele utilizava como meio de transporte uma mula. Mais tarde passou a trabalhar como agricultor e também com o comércio de madeira. Alfredo faleceu em 1952. Aproximadamente 9 anos depois, a Vila foi emancipada e recebeu o seu nome. Atualmente, parentes de Alfredo Henrique Wagner ainda residem no Município e sentem orgulho do lugar.

Alfredo Wagner conta com população de origem, predominantemente, alemã. Vale ressaltar que as disputas por terra já não ocorrem mais como no tempo da colonização. Atualmente, a cidade tem cerca 10.086 habitantes (IBGE, 2019), sendo sua economia baseada na agricultura e tendo como seu principal produto, a cebola. A agricultura familiar é a maior renda do nosso município. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos agricultores é a precariedade das estradas para fazer o escoamento da produção.

O município possui 1 (uma) Escola Estadual, 2 (duas) municipais de ensino regular, 2(duas) creches e 2 (duas) escolas isoladas (que são as escolas multisseriadas), as outras foram fechadas.<sup>2</sup> Universidades com ensino superior, tivemos somente a UFSC, com o curso de Licenciatura em Educação do Campo, no período de 2017-2021. As aulas eram ministradas no prédio da Secretaria de Educação do município. Os demais cursos superiores na cidade são ofertados via Educação a Distância.

---

<sup>2</sup> O município de Alfredo Wagner possui 53 comunidades. Ao longo dessas comunidades, existiam 43 escolas multisseriadas. Atualmente, são apenas 3, sendo que uma delas tem previsão para fechar em breve.



**Fonte: Prefeitura de Alfredo Wagner, 2021.**

Uma área que vem crescendo muito em Alfredo Wagner é o turismo. Por ser a Capital das Nascentes, existem muitos pontos turísticos, entre eles: Soldados Sebold, Grutas, Parque Aquático e a cidade está investindo no que tem de melhor.

### **3.2. As escolas do campo de Alfredo Wagner**

A pesquisa foi realizada nas duas escolas públicas de ensino regular que existem no município, sendo estas: Escola Básica Passo da Limeira e Escola de Educação Básica Silva Jardim.

A Escola de Educação Básica Silva Jardim (estadual) localiza-se no Centro do município de Alfredo Wagner/SC e atende cerca de 970 estudantes do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, nos três períodos. Tem como instituição mantenedora o Estado de Santa Catarina. Desses/as 970 estudantes, 20 (vinte) necessitam de serviços, recursos e atendimento educacional especializado com segundas professoras.

A Escola possui 18 salas de aula, sendo 14 com rampas de acesso, 1 biblioteca, 1 sala de informática, 1 quadra de vôlei, 1 quadra de futebol, 1 quadra sintética, 1 ginásio de esportes, 4 banheiros masculinos, sendo 1 adaptado, 4 banheiros femininos, sendo 1 adaptado, 1 cozinha, 1 sala de recurso AEE, 1 sala de professores/as, 1 sala de planejamento, pátio e secretaria.

A Escola de Educação Básica Silva Jardim, por estar localizada no centro da cidade de Alfredo Wagner, se identifica como sendo urbana, mesmo se localizando em um município

primordialmente rural, em que a principal fonte econômica é a agricultura, e a maioria dos habitantes do município residem na zona rural. Além disso, aproximadamente 70% dos/as estudantes matriculados/as moram na área rural e os/as estudantes que residem na dita “área urbana”, moram em locais com características mencionadas como rural. Percebemos que a população que vive na área urbana não se reconhece como sendo do campo e sim urbano, ou seja, há um problema de identidade desses/as estudantes e, conseqüentemente, de desvalorização do campo.

Atualmente, são 70 professores/as e funcionários/as atuando na Escola, a presente pesquisa foi destinada aos/as professores/as das áreas de Biologia, Química, Física, Matemática, segundas professoras e a responsável pelo AEE. No total, participaram da pesquisa 11 professores/as da Escola de Educação Básica Silva Jardim, dentre eles/as: 2 professores/as de matemática, 1 professor de biologia, 2 professores de química, 2 professores/as de física, 3 segundas professoras e 1 professora responsável pela sala de recurso AEE.

O questionário aplicado com os/as professores/as das áreas específicas foi via whatsapp, em virtude da pandemia. Ressalto que o questionário foi enviado para os/as demais professores/as da área, mas não obtivemos retorno. Com a professora responsável pelo AEE foi realizada uma entrevista na própria Escola tomando todos os cuidados necessários.

A Escola Básica Passo da Limeira (municipal) está localizada no município de Alfredo Wagner/SC, na comunidade de Passo da Limeira, que fica a 16 km do centro do município. A Escola foi fundada em 2001 e hoje tem no total 451 estudantes, dos anos iniciais ao 9º ano do Ensino Fundamental II.

A maioria dos/as estudantes é filho/a de agricultor/a e mora nas comunidades próximas e ainda sofrem com a precariedade das estradas, o difícil, acesso até chegar na Escola dependem totalmente do transporte escolar. Há ainda casos em que os alunos estão estudando 100% no modo remoto, pois o transporte não tem acesso até sua casa para buscá-lo, muitas famílias ainda não possuem acesso à internet, o que dificulta ainda mais o aprendizado do aluno/a que estão no ensino remoto. A situação já era complicada, com a pandemia causada pelo coronavírus, o ensino/aprendizagem ficou mais difícil ainda. Como citado acima muitas famílias ainda não têm acesso a internet, e as famílias que conseguiram ter acesso, possui um celular por família, ou seja, um celular para todos da casa usar, para trabalho, estudo, se comunicar. As famílias que não tem acesso a rede de internet buscam atividades impressas na escola quinzenalmente e realizam com seus pais em casa sem ajuda de nenhum

professor. Como a maioria das famílias dependem da agricultura para sobreviver, para os pais dos/as estudante/as da Escola do Passo da Limeira, o ensino remoto é a melhor opção, pois os filhos/as podem ajudar nos trabalhos da roça na plantação.

Desses 451 estudantes, 11 possuem deficiência intelectual e necessitam de atendimento especial. A estrutura da Escola é simples, possui 10 salas de aula, 1 pequena biblioteca, 1 sala de professores/as, 1 sala de planejamento, 1 cozinha, 2 banheiros masculinos, 2 banheiros femininos, 1 sala de recurso AEE, 1 quadra para esportes (que não é coberta), secretaria, pátio, possui materiais adaptados como: jogos educativos em alto relevo, libras, material para coordenação motora, lupas para baixa visão, tablets para ser usado por deficientes auditivos mas não possui internet nas salas de aula para o uso dos aparelhos.

Atualmente, o quadro de professores/as e funcionários/as da escola é de 48 profissionais. A pesquisa foi destinada aos/às professores/as de Ciências, Matemática, segundas professoras e a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Participaram da pesquisa 8 profissionais, dentre eles: 2 professoras de matemática, 2 professoras de ciências, 3 segundas professoras e 1 professora responsável pelo AEE. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário com questões abertas por meio do whatsapp, por causa da pandemia. Com a professora responsável pelo AEE, o método utilizado também foi uma entrevista na própria escola, tomando todos os cuidados devidos.

### **3.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

A política educacional brasileira sugere que haja nas escolas de ensino regular, seja ela pública ou privada, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que assuma a função de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, eliminando desta forma as barreiras para a plena participação e desenvolvimento dos/as estudantes. O AEE, conforme o artigo 1º da Resolução nº 4 de 2009, é ofertado nas salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de Instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (MEC, 2009, p.2).

Das escolas visitadas no decorrer desta pesquisa, as 2 (duas) oferecem o AEE, possuindo uma sala de recursos para o atendimento dos/as estudantes com dificuldades na aprendizagem e com quaisquer deficiências e necessidades educacionais especiais.

Realizei uma coleta de dados com as 2(duas) professoras responsáveis pelo AEE das Escolas pesquisadas. Foram elaboradas 10 (dez) questões, dentre elas o quantitativo de estudantes com deficiência e com necessidades educacionais especiais nas escolas do Campo de Alfredo Wagner. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista nas Escolas.

Na Escola de Educação Básica Silva Jardim (Estadual) que tem, aproximadamente, 970 estudantes, 18 possuem deficiência intelectual, 1 autismo e 1 com deficiência auditiva. Nessa Escola, 10 turmas possuem segundas professoras. Os/as estudantes com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) não são considerados/as com uma deficiência, sendo assim esses/as estudantes não necessitam de segundas professoras, mas têm o direito de utilizar a sala de recurso com a professora do AEE no seu contra turno.

A outra Escola da pesquisa é a Escola Básica Passo da Limeira (municipal). Dos/as 451 estudantes, 11 possuem deficiência intelectual. Nessa Escola, existem 5 turmas com segundas professoras. O município segue as leis do Estado.

Quadro 1. Identificação profissional dos/as professores/as que participaram da pesquisa.

<b>Professor/a</b>	<b>Formação</b>	<b>Atuação Profissional</b>
PSJ (prof. Silva Jardim)	Pedagogia–Educação Especial	Sala recurso AEE
PPL (prof. Passo da Limeira)	Pedagogia-Educação Especial	Sala recurso AEE
Sp1 (Segundo professor1)	Pedagogia	2º professor
Sp2 (Segundo professor2)	Pedagogia (em formação)	2º professor
Sp3 (Segundo professor3)	Pedagogia (em formação)	2º professor
Sp4 (Segundo professor4)	Pedagogia	2º professor
Sp5 (Segundo professor5)	Pedagogia	2º professor
Sp6 (Segundo professor 6)	Pedagogia	2º professor

**Fonte: Marluce Matauro, 07/2021.**

Ao entrevistar as professoras responsáveis pelo AEE, um dos questionamentos era saber se as turmas que têm estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais eram menores do que as demais, para garantir um melhor atendimento a esses/as estudantes.

As duas professoras foram unânimes nas respostas, dizendo que o número de estudantes na turma não muda se existe alguém com deficiência ou não.

Prosseguindo com a pesquisa, analisando a estrutura física das escolas pesquisadas, a Escola de Educação Básica Silva Jardim possui rampa de acesso para os/as estudantes com deficiência física, 2 banheiros adaptados, corredores espaçosos, mas somente para estudantes do Ensino Fundamental. Para os anos iniciais, por ser no 2º piso, não têm acesso para estudantes com deficiência. O mesmo caso acontece na Escola Básica Passo da Limeira, ela possui rampas de acesso para as salas do Ensino Fundamental, já os anos iniciais ficam no 2º piso da escola, sem acesso, e a escola também não possui banheiros adaptados.

Vale ressaltar que a estrutura física é um quadro preocupante nas escolas públicas brasileiras e, mais ainda, nas escolas do campo, principalmente olhando para o requisito de inclusão.

Dando continuidade à pesquisa, as professoras foram questionadas sobre qual a maior dificuldade encontrada atualmente na escola e no seu trabalho:

*PSJ: “A maior dificuldade encontrada nos dias de hoje é sobre os professores, professores sem capacitação para a área, sem interesse, sem paciência”.*

*PPL: “Pra mim, a maior dificuldade é lidar com os professores que não têm uma formação para atuar com estudantes que têm necessidades especiais”.*

Fazendo a análise das duas professoras do AEE, é possível perceber que, para elas, o maior desafio encontrado hoje para a inclusão de estudantes com deficiência é a falta de formação dos/as professores/as de sala. Se a formação inicial desses/as professores/as deixou essa lacuna, a formação continuada pode dar um suporte e os recursos pedagógicos necessários para melhorar e qualificar o seu trabalho e a relação com esses/as estudantes. Sobre a formação continuada de professores/as, é importante ter claro que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para as características de seus estudantes, incluindo aquelas evidenciadas pelos estudantes com necessidades educacionais especiais (MANTOAN, 2006, p.57).

Seguindo nessa análise, as professoras foram questionadas se há alguma formação continuada para professores/as em suas escolas, e a resposta foi:

*PSJ: “Não, nenhuma formação do Estado.”*

*PPL: “Pensamos em fazer nas escolas do município, mas ficou só no pensamento”.*

Prosseguindo com a pesquisa, as professoras foram questionadas sobre as dificuldades encontradas nos dias atuais com a pandemia do coronavírus:

*PSJ: “Sempre tivemos muitas dificuldades, mas atualmente com o “tempo casa”, “tempo escola”, a aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais se torna muito mais difícil. Na minha escola Silva Jardim, temos uma aluna com deficiência auditiva no 9º ano, e a segunda professora que acompanha ela, por ser do grupo de risco, está afastada, trabalhando com essa aluna online, aí você pode ver o tamanho da dificuldade de deixar uma aluna “surda muda”, sem o auxílio do segundo professor dentro da sala de aula. A solução que encontramos foi colocar a aluno no ensino 100% remoto”.*

*PPL: “Dificuldade é o que mais temos, mas com a pandemia, o aluno que tem necessidades especiais escolher a modalidade 100% remoto é dar um passo para trás na educação, claro que se tratando de cuidados é necessário, mas dificulta muito mais a aprendizagem”.*

Diante do exposto, chama a atenção o que a professora (PSJ) aborda sobre o caso da aluna com deficiência auditiva que não tem segunda professora que a acompanhe nesse momento - pois a mesma é grupo de risco -, e que a solução encontrada foi tirá-la do ensino presencial e colocá-la no ensino remoto, o que dificulta ainda mais seu processo de aprendizagem. Vale ressaltar que na vivência dessa pesquisa, ouvimos falar de muitos estudantes com deficiência desistentes, acreditamos que esse possa ser mais um caso. Esse exemplo demonstra que, com a pandemia, algumas dificuldades que, inclusive, já existiam no trabalho com a educação especial, acabaram se agravando e expondo a falta de responsabilidade e até mesmo o descaso do poder público em lidar com essa questão.

Para Freire (1996), o professor tem o dever de despertar no/a estudante a capacidade crítica, independentemente dos desafios que enfrenta em sua jornada de trabalho, pois educar não se limita apenas em passar conteúdo, sendo assim, é importante que os/as profissionais da educação consigam lidar com todas as situações encontradas no seu cotidiano, seja em tempos de pandemia ou nas situações diversificadas presentes no ensino. No entanto, a pandemia tem mostrado as dificuldades que o/a professor/a também enfrenta quando não há estrutura e nem condições de trabalho pela falta de atuação do poder público.

Com relação aos principais desafios encontrados diariamente pelas segundas professoras, ao atender os/as estudantes com necessidades educacionais especiais, foram feitos vários relatos, os quais optamos por destacar:

*Sp1: “A falta de interação entre o professor regente e o segundo professor”.*

*Sp2: “Falta de formação dos professores”.*

*Sp3: “Falta de interesse dos professores, estão mais interessados nas notas que no conhecimento”.*

*Sp4: “O desafio é que eles tenham uma educação de qualidade”.*

*Sp5: “A maior dificuldade é adaptar atividades de disciplinas específicas”.*

*Sp6: “A falta de formação e capacitação dos professores para atuar na área”.*

Refletindo sobre a fala das segundas professoras, além de também destacarem a falta de formação em educação especial, por parte dos/as professores/as regentes, elas ressaltam a necessidade de um trabalho mais integrado e articulado entre o/a professor de sala, segundo/a professor/a e professoras responsáveis pelo AEE para que tanto o ensino seja mais qualificado quanto seja possível adaptar ou criar novas atividades para as disciplinas específicas, para que, assim, a inclusão seja construída de forma coletiva.

A maioria das entrevistas demonstrou que a falta de formação inicial em educação especial, e de uma formação continuada, é um dos principais desafios enfrentados pelos/as professores/as do município de Alfredo Wagner, mas não é o único. Esses desafios apresentados são uma preocupação presente nos sistemas de ensino escolar, uma vez que a inclusão do/a estudante com deficiência e necessidades educacionais especiais requer e precisa muito mais do que a sua inserção no ambiente escolar, ela requer uma ação e uma construção coletiva da e com a comunidade escolar, junto à comunidade do entorno e aos órgãos públicos.

#### **4. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES/AS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA E DE ESTUDANTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/UFSC**

Esta pesquisa envolveu a participação de 11 (onze) professores que ministram as disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática. Destes profissionais, 4 (quatro) ministram a disciplina de Matemática, 3 (três) Biologia, 2 (dois) de Química e 2 (dois) de

Física. Dentre os/as 11 (onze) professores/as entrevistados, 2 (dois) são formados em áreas diferentes da sua atuação e 4 (quatro) estão terminando o curso de Educação do Campo. Dessa forma, analisamos, nesta parte, os dados dos questionários aplicados a esses/as professores/as, com o intuito de verificar quais são os desafios e quais os caminhos que eles/as têm encontrado para realizar seu trabalho na relação com a educação especial. O quadro a seguir apresenta a formação e área de atuação dos professores pesquisados.

Quadro 2.0: Identificação profissional dos/as professores/as que participaram da pesquisa.

<b>Professor</b>	<b>Formação</b>	<b>Atuação Profissional</b>
Pm1	Matemática	Matemática
Pm2	Matemática	Matemática
Pm3	Matemática	Matemática
Pm4	Em formação Ed.Campo	Matemática (Ens.remoto)
Pb1	Ciências	Ciências
Pb2	Ciências Biológicas	Biologia
Pb3	Em formação Ed.Campo	Ciências (Ensino remoto)
Pq1	Matemática	Química
Pq2	Em formação Ed.Campo	Química
Pf1	Matemática	Física
Pf2	Em formação Ed.Campo	Física

**Fonte: Marluce Matauro, 07/2021**

É importante salientar que os/as profissionais que não possuem formação na área precisam se desdobrar para abordar os mais diversos conteúdos que não fizeram parte da sua graduação, muitos destes conteúdos estão até mesmo longe de seu conhecimento, dentro de sala de aula.

Vale ressaltar que nosso município conta com Polo de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, que dispõe do curso de Licenciatura em Educação do Campo nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática. O curso iniciou em 2007 e está em fase de finalização. Somos 20 (vinte) estudantes na turma, 8 (oito) já atuam como professores da área. Sobre a implantação do curso, é indispensável considerar que o quantitativo de profissionais formados já atenderia a demanda interna do município.

Avançando na análise, ao interrogar os/as professores se eles/as se sentiam preparados/as para ministrar aulas para estudantes com deficiência e necessidades

educacionais especiais, tivemos dados expressivos pois todos/as afirmaram que não. Sendo assim, optamos por destacar algumas respostas:

*Pq: “Não, acredito que precisaria de um curso especial”.*

*Pm2: “Não, porque somos formados somente na nossa área”.*

*Pb2: “Não. Meu curso de formação não entrou nesses casos específicos”.*

*Pm1: “Não, por isso que existem segundas professoras”.*

*Pf: “Não, preciso de formação para lidar”.*

Por essas respostas, podemos perceber que a formação inicial dos/as professores/as em cursos de licenciatura não tem aberto espaço para essa discussão. Mesmo que a formação “não entre nesses casos específicos”, como aponta um dos professores, essa é uma realidade das escolas com as quais vai conviver. Da mesma forma, o trabalho das segundas professoras precisa ser repensado na integração e interação com o/a professor/a regente.

Destacamos, ainda, a insegurança dos professores em ensinar estudantes com necessidades educacionais especiais. Desta forma, percebe-se a importância dos/as professores serem preparados em sua formação para que a inclusão seja praticada no cotidiano da escola.

Seguindo com o resultado dos dados da pesquisa, analisaremos agora a estrutura física das escolas pesquisadas para verificar se as mesmas estão preparadas para receber educandos/as com deficiência como previsto nas legislações.

Entre as 2 (duas) escolas visitadas, apenas 1 (uma) conta parcialmente com estrutura física adequada para receber estudantes com deficiência física. Parcialmente por existir apenas rampas de acesso e corredores espaçosos, e um banheiro adaptado para deficientes físicos para os estudantes de Ensino Fundamental e Médio, já para os estudantes dos anos iniciais, por ficarem no 2º piso da escola, não têm acesso.

Continuando a análise do questionário, perguntei aos professores, sobre o seu ponto de vista, o que seria a inclusão de educandos/as com deficiência e necessidades educacionais especiais:

*Pf2: “Se realmente é para de fato ter inclusão, acho que primeiro é preciso lhe dar as oportunidades para aprender, compreender qual a sua dificuldade e usar técnicas para que o estudante possa superá-las e conseguir acompanhar sua turma, talvez de uma maneira*

*diferenciada com adaptações de conteúdos, mas que ele esteja aprendendo e não apenas os professores fazerem por ele. Sei que não é tarefa fácil, e exige muita preparação”.*

*Pm4: “Para mim, a inclusão é fazer com que o estudante se sinta realmente parte da turma e que ele mesmo perceba seus avanços e não pense que está apenas recebendo atividades sem sentido. Ele precisa se sentir uma parte da turma e mais do que participar dos conteúdos e dinâmicas da sala, ele precisa se sentir parte da turma pelos colegas também”.*

*Pb3: “A inclusão é colocar esse aluno interagir junto com seus colegas, mesmo que ele tenha mais dificuldades ou tenha que ser ensinado de uma maneira diferenciada. Ele deve ser incluído junto com a turma e com seus colegas de sala de aula, justamente para não se sentir excluído e deixado de lado. E isso é uma coisa que tento muito fazer. Deve haver muito diálogo entre a segunda professora e a professora regente, só assim conseguiremos ter uma melhor inclusão desse aluno. Pois não adianta só falar, precisa de parceria de ambas as partes.*

*Pm1: “A Escola precisa mais do que o professor estar dentro dos padrões, para conseguir incluir os estudantes com necessidades especiais”*

Analisando as respostas obtidas com os/as professores/as, de maneira conjunta, a inclusão passa pelo aprender e compreender os conteúdos, seja por meio de materiais adaptados ou não, mas conteúdos que façam sentido. Para além do aprendizado, de acordo com as respostas, a inclusão também passa pela relação e a integração com os/as colegas de turma bem como com a articulação de trabalho entre educadores/as, numa escola que, por sua vez, garanta a estrutura necessária para que a inclusão aconteça.

Para Veiga e colaboradores (2009), nem sempre o professor está preparado para atuar de forma interdisciplinar, contextualizando o conteúdo com a realidade dos/as educandos/as, principalmente quando se trata da realidade de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, cabe ao/à professor/a procurar alternativas, estratégias para inserir esses educandos/as nesse contexto.

Prosseguindo com a análise da pesquisa, os/as professores/as foram questionados/as quantidade de estudantes por turma. Com a nossa situação atual, em virtude da pandemia causada pelo coronavírus, os estudantes têm o tempo casa e o tempo escola. O “Tempo Escola” consiste no atendimento presencial na unidade escolar, com turmas subdivididas em

grupos. Já as atividades pedagógicas que compõem o “Tempo Casa” podem ser realizadas com ou sem a mediação por tecnologias digitais, com orientação para que as escolas criem dinâmicas para que estudantes sem acesso possam, sempre que possível, integrar-se às atividades em espaços disponibilizados na escola.

Para essa resposta, 100% dos professores relataram que o número de estudantes varia entre 10 a 15 estudantes por turma, pois existe o grupo “A” e o grupo “B”. O professor precisou se reinventar, aumentando sua jornada de trabalho com carga horária excessiva, aulas que precisam ser ministradas duas vezes para cada turma. Além de todos os problemas que já vinham sendo enfrentados, esse foi mais um ponto para o desinteresse pela docência por muitos profissionais.

Avançando na análise, ao interrogar sobre a presença ou ausência de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais em suas turmas, apenas 10% responderam que não tem nenhum, enquanto 90% tem no mínimo 1 estudante.

Vale ressaltar que são poucos os estudantes com necessidades educacionais especiais que têm suas necessidades interpretadas como “especiais” por parte de professores/as mal preparados, pois não sabem como distinguir o comportamento dos estudantes dentro da sala de aula. Neste pressuposto, Nogueira (2000) destaca:

[...] que os currículos de formação de professores, em sua grande maioria, possuem reduzida carga horária com informações sobre estudantes com necessidades educacionais especiais, tornando-se desta forma difícil, senão impossível, que os professores consigam identificar e trabalhar eficientemente com estes estudantes em suas salas de aula (NOGUEIRA, 2000, pg. 36).

Dando continuidade à pesquisa, os profissionais foram questionados quanto ao desenvolvimento do seu trabalho, se existe alguma adaptação ou plano especial para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Para essa questão, obtivemos dados expressivos, 100% dos/as professores/as responderam que as adaptações são realizadas pelos/as segundos/as professores/as. Destacamos algumas respostas:

*Pm3: “As adaptações são feitas pelos segundos professores que permanecem todo tempo na sala de aula, auxiliando estes estudantes”.*

*Pq2: “Eu passo meu planejamento para a segunda professora, e ela faz a adaptação, mas vejo que falta preparação tanto minha quanto das segundas professoras”.*

*Pf1: “Eu diretamente com a segunda professora trago o conteúdo e conversamos a melhor forma para adaptar, a segunda professora faz a adaptação”.*

Analisando a fala dos/as profissionais, podemos observar que, mesmo que a adaptação das atividades seja feita pelas segundas professoras, a forma como se dá essa adaptação se diferencia em cada um dos relatos apresentados. Há casos em que as adaptações são realizadas individualmente pela segunda professora e outros em que há um trabalho mais integrado entre a segunda professora e o/a professor/a regente. No entanto, vale também destacar a fala de uma das professoras sobre a necessidade de haver uma preparação melhor de todos/as os/as profissionais envolvidos/as no trabalho com pessoas com deficiência.

Prosseguindo com a pesquisa, perguntamos aos profissionais se durante a sua formação tiveram algum preparo para trabalhar com estudantes com deficiência, e com necessidades educacionais especiais, alcançamos as seguintes respostas:

*Pm2: “Tivemos alguma coisa, mas agora vejo que precisávamos muito mais, é uma realidade vivenciada pelos professores e ai não sabemos como agir, como avaliar”*

*Pb1: “Durante a formação tivemos muita teoria que descrevia como era as necessidades, de como poderia ser trabalhado, mas quando nos deparamos na sala de aula, com contato direto com estes estudantes, é muito diferente, a realidade é outra na hora da prática”.*

*Pf2: “Na faculdade tivemos algumas disciplinas que foram extremamente importantes, porém sinto falta de muito mais, acho que precisa mais estudo sobre o assunto, este é um tema que não pode se estagnar”.*

Como podemos observar, e já abordado neste trabalho, a formação continuada é extremamente importante para os professores, pois nessa formação ocorre o aperfeiçoamento dos conhecimentos que já foram obtidos durante o curso e possibilita a preparação para novas práticas, principalmente a partir da experiência da sala de aula e do convívio com esses/as estudantes que trazem novos e constantes desafios.

Dando sequência a análise de dados, os/as professores/as foram questionados sobre quais são os/as principais desafios que encontram diariamente ao trabalhar com os/as estudantes com deficiência. Destacamos algumas respostas obtidas:

*Pm1: “Eles são agitados, nervosos, faltam com frequência, mais o principal desafio é como ensinar estes estudantes e o que ensinar”.*

*Pm3: “Para mim, o principal desafio é a inovação que o professor precisa ter com estes estudantes, muito mais do que com os outros estudantes sem necessidades educacionais especiais.”*

Como afirma Freire (2006, p.7), “os educadores devem assumir a ingenuidade do educando para poder com eles superá-los”. Sendo assim, com educadores/as dispostos/as a encarar e ultrapassar os seus limites, mudar as suas atitudes, a compreender as necessidades de cada educando/a, os desafios se tornarão mais fáceis de serem superados. Mais algumas respostas sobre os desafios encontrados:

*Pb3: “Um desafio grande é o horário dos planejamentos, nem sempre os horários de hora atividade dos professores regentes coincidem com a hora atividade dos segundos professores, então dificilmente se planeja junto, apenas conversa de minutos”.*

*Pq2: “Os desafios são diários, desde a forma como aplicar uma simples atividade até a forma de avaliação. Para mim o maior desafio é de como avaliar esses estudantes que precisam de atenção redobrada e por mais que tenham segunda professora que auxiliam na hora de aplicar atividades e dialogar sobre os conteúdos, sou eu quem as avalia e para mim é uma tarefa bem difícil”.*

Após refletirmos sobre as falas dos/as professores/as, percebemos que são muitos os desafios encontrados diariamente por estes/as profissionais tais como: a falta de formação inicial e continuada, a falta de diálogo entre professor/a regente e segunda professora, a dificuldade de trabalhar coletivamente, inclusive pela própria organização escolar que não possibilita horários para um planejamento conjunto, o fato de não trabalharem com a interdisciplinaridade pensando na realidade do/a educando/a com necessidades educacionais especiais, e o próprio processo de ensino-aprendizagem e avaliação dessa aprendizagem - a partir de conteúdos que façam sentido -, e de práticas pedagógicas que integrem os/as educadores/as e educandos/as e que inclua toda a comunidade escolar.

#### **4.1 Educação Especial na Formação de Educadores/as: relato de experiência dos/as estudantes da Turma Resistência**

No ano de 2017, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) trouxe para o município de Alfredo Wagner, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, curso que não era conhecido pela nossa região.

A turma iniciou com 12 (doze) estudantes passando para 58 (cinquenta e oito) na segunda semana de aula e tendo, no momento atual, 20 fortes e guerreiros/as estudantes. O nome da turma passou se chamar Resistência, nome dado pois a palavra resistência vem do verbo resistir e sinônimo de força, mostra muito o caminho que todos/as percorreram até esse último semestre.

Somos configurados por uma turma com especificidades e características variadas, somos: mulheres, homens, mães, trabalhadores e trabalhadoras do campo, servidores públicos e privados, donas de casa e educandos/as com deficiência.

Em meio a essa mistura de características e pessoas com pensamentos, vivências e necessidades diferentes, aprendemos juntos/as a resistir contra as dificuldades e obstáculos durante esse processo.

Dentre os 20 estudantes que resistiram, 2 são estudantes com deficiência, sendo eles/as: Educando 1 (cadeirante paraplégica), Educando 2 (deficiente visual). A pesquisa foi realizada com a finalidade de mostrar as experiências vivenciadas pelos dois ao longo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Desta forma, a coleta foi realizada por meio de questionário, formado por 2 (questões) abertas, com o intuito de analisar as dificuldades encontradas dentro da sala de aula.

Interrogando o Educando 2 (deficiente visual), sobre quais as dificuldades encontradas durante o curso, destaco a sua resposta:

*Educando2: “As dificuldades encontradas foram várias, pois por muitas vezes era feito um simples pedido que não era atendido, como ampliação de fontes para uma melhor leitura nas horas das avaliações e para que não colocassem filmes legendados que não fossem na língua portuguesa, pois não conseguia acompanhar a legenda”.*

Seguindo, foi questionado sobre quais ações (pedagógicas, metodológicas, estruturais) seriam importantes para resolver ou diminuir essas dificuldades?

*Educando2: “Um melhor trabalho com profissionais docentes que estão trabalhando no curso, para que possam minimizar essas situações com pessoas que têm dificuldades com algumas acessibilidades com pessoas que têm necessidades especiais, com esse tipo de*

*situação. Busca de melhores estratégias para que esse tipo de situação não aconteça com pessoas desse tipo que precisam”.*

Sobre essa questão, obtive as seguintes respostas da Educanda 1, do Curso de Educação do Campo:

*Educanda1: “Foram muitas as dificuldades encontradas, no primeiro semestre de aula, a sala era no segundo piso, sem acesso, somente com escada, precisava da ajuda de 4 colegas para me levar até o andar de cima, para subir e para descer. Com tempo a sala mudou de lugar para facilitar o meu acesso, mas continuou as dificuldades, nenhum banheiro adaptado, sem carteira dentro da sala de aula, existia apenas uma carteira, se algum aluno chegasse antes e pegasse eu já não tinha como escrever”.*

Além dos educandos com necessidades especiais, os/as demais estudantes do curso, futuros/as educadores/as do Campo, foram questionados se se sentem preparados para trabalhar com a educação especial. Destaco algumas respostas:

*Educando2: “Sim, até porque já faço parte das pessoas que precisam de um pouco mais de atenção e com as disciplinas que já tivemos no decorrer do curso, já dá para se ter uma base de começar bem com os pés no chão”.*

*Educando3: “Não me sinto preparada, precisa ter formação voltada para isso, é preciso uma outra metodologia de ensino, completamente diferente de você chegar na sala de aula e aplicar uma aula de física para o ensino médio”.*

*Educando4: “Acredito que em casos que as necessidades são mais leves, que o aluno consegue interagir, dentro de seu contexto, sim. Mas, sempre precisamos nos aperfeiçoar mais, pois a cada dia surgem necessidades e estudantes diferentes”.*

Diante destas respostas, salientamos que os/as educandos/as em formação na Licenciatura em Educação do Campo, com graduação em áreas específicas, também se questionam quanto à quais metodologias de ensino e quais materiais serão mais adequados para trabalhar com educação especial. Por outro lado, os estudantes que têm deficiência, partem da própria experiência para pensar na melhor forma de incluir os/as estudantes nas práticas pedagógicas. Dando sequência a mais algumas falas, temos:

*Educando5: “Vou me esforçar ao máximo para isso, porém sinto que não estou totalmente preparada”.*

*Educando6: “Não, pois mais que tenhamos diversas disciplinas que abordem essa questão, nunca estaremos preparados para isso, pois só saberemos o que enfrentar dentro da sala de aula”.*

*Educando7: “Hoje eu acredito que seja preparada sim, mas quem lida com estudantes com alguma necessidade especial, nunca pode ficar parado, deve estar em constante evolução, para sempre buscar o melhor para esse aluno que precisa”.*

*Educando8: “Não, infelizmente tive pouca preparação quanto a isso, mas se precisasse trabalhar com esses estudantes, com certeza iria fazer uma preparação antes.*

Analisando as respostas dos/as estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, observamos que há uma insegurança quanto a ministrar aulas a estudantes com necessidades educacionais especiais, mas que isso não é um problema e sim uma motivação para continuar estudando, se preparando e se atualizando quanto às discussões e práticas pedagógica referentes à educação especial. Destaca-se a necessidade de um aprendizado constante.

Prosseguindo com a pesquisa com os/as educandos/as da Educação do Campo, eles/as foram questionados com a seguinte questão: O Curso de Educação do Campo nos trouxe as disciplinas de Aprofundamento Temático – Educação Especial e Libras, você achou suficiente para trabalhar com a Educação Especial, destacamos algumas:

*Educando2: “Não. Pois ainda se tem pouca base de trabalho, mas essa base conseguiremos na nossa docência com o passar dos tempos, já que ninguém saiu sabendo tudo”.*

*Educando6: “Não, pois o que aprendemos foi muito básico, e que apenas um semestre não é o suficiente para aprendemos e termos um conversa segura”.*

*Educando7: “Infelizmente não me sinto preparada, obtive muitos conhecimentos na disciplina de aprofundamentos, mas de Libras achei muito corrida a disciplina e gostaria de ter aprendido mais. É preciso muito mais preparação para trabalhar com a Educação Especial.*

Fonseca (1995), fala que é necessário preparar professores para se obter um bom resultado de inclusão. Sendo assim, os/as professores/as devem estar devidamente preparados para se relacionar com as diferenças e necessidades de cada um no âmbito escolar. O curso de Licenciatura em Educação do Campo tem o objetivo de formar profissionais nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática. Considerando a Educação Especial, observa-se que os/as educandos/as sentem uma carência quanto a grade curricular do curso, gostariam de ter mais disciplinas como o ensino de libras que o curso nos trouxe, todos se apaixonaram mas acharam pouco, e mais conteúdos relacionados à educação especial, pois na teoria parece fácil mas, dentro da sala de aula, a realidade é outra.

## 5. CONCLUSÃO

Conforme apresentado no início do texto, esse trabalho buscou analisar os desafios da Educação Especial, numa perspectiva inclusiva, vivenciados por professores/as de Escolas Públicas, do Campo, do município de Alfredo Wagner, considerando a estrutura da escola, a formação inicial e continuada de educadores/as e as metodologias utilizadas na adaptação dos conteúdos de ciências da natureza e matemática. Nesse sentido, também refletimos sobre a formação de estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC - da Turma Resistência -, na relação com a Educação Especial.

A pesquisa gerou algumas reflexões e percepções sobre essa questão. Uma delas é que para que aconteça o processo de inclusão no cotidiano dos/as estudantes e professores/as muitos obstáculos ainda precisam ser ultrapassados. Um dos que mais se destacou no relato dos/as entrevistados/as, foi o despreparo dos/as professores/as das Escolas Públicas do Município de Alfredo Wagner. Muitos/as destacaram que a formação inicial não foi suficiente para poderem desenvolver um bom trabalho diante das demandas dos/as estudantes com deficiência e salientaram a importância da formação continuada. Veiga (2009) destaca a necessidade de capacitação por parte dos professores, em vista que apenas a formação inicial não é suficientemente para participar do dinamismo na educação.

De acordo com as Diretrizes de Formação dos Professores de Educação básica, o papel do professor é educar para o exercício da cidadania, o professor precisa assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os estudantes (BRASIL, 2000). Sendo assim, é essencial o papel e a figura do/a professor/a no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto,

muitas vezes, percebe-se que os/as professores/as ainda têm muita dificuldade para atuar de forma interdisciplinar, em relacionar o conteúdo com a realidade dos/as educandos/as principalmente quando se fala na realidade de estudantes do campo e de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais.

De maneira geral, a formação continuada de professores/as é um modo de assegurar a atuação de profissionais mais preparados/as e capacitados/as dentro das salas de aula, de garantir uma educação de qualidade a seus/as educandos/as, mas também, quando se fala em educação do campo, de garantir que essa inclusão seja feita para além dos muros da escola, compreendendo a forma de vida e os conhecimentos presentes nas comunidades onde essas escolas estão inseridas. Dessa forma, tanto os sujeitos do campo quanto os sujeitos do campo com deficiência, se sentirão parte da escola.

Como já dissemos, no município de Alfredo Wagner, a inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais especiais apresenta muitos desafios, ainda mais se tratando de estudantes que vivem no campo, que já passam por muitas outras dificuldades, tais como: dificuldade de acesso, estradas precárias, transporte não adaptado, escolas com poucos recursos e com problemas estruturais, discriminação, descaso. A luta por uma educação inclusiva digna para os povos do campo implica numa luta pela efetivação das políticas públicas para a educação do campo e para a educação especial, no campo, que envolve a qualificação da formação de professores/as mas que vão além dela, pois demandam ações conjuntas dentro e fora da escola, com a comunidade e o poder público.

O tema sobre a pesquisa contribuiu muito para minha formação, apesar do pouco tempo que tive para a pesquisa, acredito ter sido uma experiência fundamental para minha formação acadêmica e profissional, temas como esses não podem ser deixados de lado, é de extrema importância para toda a comunidade escolar. Assim, espero, ansiosamente pelo aprofundamento dos temas abordados dar continuação a essa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: [s. n.], 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9394/96). Ministério da Educação, 1996. BRASIL. Decreto nº 6571. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: (<https://www.gov.br/mec/pt-br>) Acesso em: 23 jun.2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC,2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial>. Acesso em:28 jun.2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 jun. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LBD e a Educação Especial**. – Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CAIADO, Kátia Regina Moreno; MELETTI, Silvia Márcia Ferreira. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT15. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2011.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ & CARRERO. **Aspectos históricos de Alfredo Wagner**. 1980.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA (SEMTEC). **Parâmetros curriculares para o ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC. 1999.

NOGUEIRA, M. L de L. **O Fazer Psicopedagógico com Portadores de Altas Habilidades**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, V, 2000, São Paulo. Resumo. São Paulo: Mackenzie, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca, Espanha, 1994.

VEIGA, M; M; QUENENHENN; A; CARGNIN; C. **O ensino de Química: Algumas reflexões**. Trabalho apresentado na I JORNADA DE DIDÁTICA - O ENSINO COMO FOCO, I FÓRUM DE PROFESSORES DE DIDÁTICA DO ESTADO DO PARANÁ, 2009.

WAGNER, A. **Alfredo Wagner: terra, água e índios**. Florianópolis/SC: Do Autor, 2002. 215p

**ANEXO I****Questionário aplicado para os professores de ciências da Natureza e Matemática e Segundos professores**

O presente questionário, destina-se a desenvolver um estudo sobre inclusão nas escolas do município de Alfredo Wagner. Todas as informações obtidas são de caráter anônimo.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Sexo: ( )F ( )M

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Formação especializada: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Número de alunos com necessidades especiais: \_\_\_\_\_

Total de alunos/as na turma:

1. Você acha que alunos com necessidades especiais conseguem aprender?
2. O que é, para você, a inclusão do aluno (a) que apresenta necessidades educacionais especiais?
3. Você acha que o aluno com deficiência deve ser matriculado em que turma?
4. No seu ponto de vista, a sua escola possui estrutura física preparada para receber alunos com deficiência física?
5. Alunos com deficiência atrapalham a qualidade de ensino em uma turma?

6. Você se sente preparado para ministrar aulas para alunos (as) com necessidades especiais?

Comente:

7. Como você desenvolve seu trabalho com esse aluno? É feito algum tipo de adaptação ou plano especial? Vocês trabalham juntos com as professoras do AEE?

8. Como os alunos de inclusão devem ser avaliados? Como é feita a avaliação da aprendizagem desses/as estudantes?

9. Durante sua formação, você teve algum preparo para trabalhar com alunos (as) com deficiência e com necessidades educacionais especiais? Comente:

10. Quais os principais desafios que professor/a pode encontrar diariamente ao trabalhar com alunos com necessidades especiais?

## ANEXO II

### Questionário aplicado para os professores responsáveis do AEE das duas escolas

O presente questionário, destina-se a desenvolver um estudo sobre inclusão nas escolas do município de Alfredo Wagner. Todas as informações obtidas são de caráter anônimo.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Sexo: ( )F ( )M

Formação acadêmica: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_

Formação especializada: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Número de alunos com necessidades especiais: \_\_\_\_\_

- 1- As turmas que têm alunos com deficiência, são menores?
- 2- Quantos alunos com necessidades especiais têm na sua escola?
- 3- Quais são os tipos de deficiências e de necessidades educacionais especiais desses/as alunos/as?
- 4- Promovendo a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola? No Projeto Político Pedagógico é possível encontrar orientação para o trabalho com educação especial na escola?

- 5- Em que turma o aluno com deficiência deve ser matriculado?
- 6- Sobre a estrutura física sua Escola está preparada para receber alunos com necessidades especiais? De que forma?
- 7- Sua escola tem uma sala de recurso?
- 8- Sua escola possui material pedagógico adaptado? Quais?
- 9- Para você qual maior dificuldade encontrada atualmente nas escolas?
- 10- Na sua escola é feito algum tipo de formação continuada para os professores? Qual ou quais?

### **ANEXO III**

#### **Questionário aplicado para os estudantes da turma de Educação do Campo.**

O presente questionário, destina-se a desenvolver um estudo sobre inclusão nas escolas do município de Alfredo Wagner. Todas as informações obtidas são de caráter anônimo.

Data: \_\_/\_\_/\_\_

Sexo: ( )F ( )M

- 1- Qual a importância da preparação do professor para a Educação Especial?
- 2- Como futuros educadores/as do Campo, você se sente preparado para trabalhar com a Educação Especial?
- 3- O Curso de Educação do Campo nos trouxe as disciplinas de Aprofundamento temático e Libras, você achou suficiente para trabalhar com a Educação Especial?  
Justifique:

Para Amanda e Juliano:

- 4- Quais as dificuldades enfrentadas durante o curso?
- 5- Quais as ações (pedagógicas, metodológicas, estruturais) Seriam importantes para resolver ou diminuir essas dificuldades? Justifique: